



MEMORANDO Nº 120/2023

Data: 04/09/2023

Para: Secretaria de Compras e Licitações (SEFIR)

Da: Secretaria de Turismo (SETUR)

Assunto: Solicita quebra de ordem cronológica de pagamentos.

Prezado secretário,

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, vimos por meio deste solicitar a Vossa Senhoria a quebra de ordem cronológica de pagamentos, tendo em vista a excepcionalidade aqui justificada.

A obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais encontra na previsão na Lei federal 8.666/93, conforme artigo 5°.

"Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada."

A ordem cronológica de pagamentos se impõe como medida restritiva de privilégios de credores na Administração Pública, contudo, pela apreciação do artigo transcrito anteriormente, podemos observar que a Lei de Licitações ao tratar da impossibilidade de quebra de ordem cronológica permite que haja exceção a essa regra, desde que se façam presentes relevantes razões de interesse público mediante prévia justificativa.

Atendendo ao disposto no art. 10, inciso VI, $\S1^{\circ}$, do Decreto Municipal nº294, de 17 de julho de 2023:

"§1º A suspensão da ordem cronológica prevista neste decreto, com o pagamento na forma diversa da aqui prevista, dependerá da prévia e formal justificativa do gestor a unidade da administração, devidamente publicada no portal do município da internet, assim como da comunicação da decisão ao controle interno."

Justifica-se a urgência no pagamento dos móveis, da nota de empenho nº 9944, referente à nota fiscal nº 048.669.962, tendo como credor **MAIRA TEIXEIRA FIGUEIRÓ**,







fora da ordem cronológica pelo fato de em não havendo o pagamento os mesmos serão retirados do local. O Centro de Informações ao Turista (CIT) e o espaço criado para atender ao turista. Nele, pretende-se recriar os elementos da identidade da nossa cidade, remetendo aos elementos da lida no campo, das experiências turísticas relacionadas ao ambiente natural e cultural. Assim, desde a ambientação do espaço, por meio da arte (desenhos que remetem ao nosso patrimônio arquitetônico), bem como a utilização de móveis que remetem ao nosso cotidiano rural, indicando o turismo rural como uma alternativa. Desta forma, justifica-se a aquisição de móveis rústicos que ambientem o CIT com a proposta de um turismo rural e campeiro.

Diante do exposto, assinamos a presente para que a mesma surta efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Atenciosamente,

ALIANE DA CROCE SECRETÁRIA DE TURISMO